

Testes de Processo Civil

Teste 01

TRT 6ª Região (Pernambuco) – 2010

Leia atentamente as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:

I. O absolutamente incapaz pode ser parte.

Certo. Ver CPC art. 8º. O absolutamente incapaz tem capacidade para ser parte, ou seja, tem a aptidão de figurar no processo como parte, desde que devidamente representado.

II. O absolutamente incapaz tem capacidade para estar em juízo.

Errado. Ver CPC art. 7º. A capacidade processual, ou capacidade para estar em juízo, é inerente daquele que pratica atos processuais independentemente de assistência e representação, ou seja, que se acho no exercício dos seus direitos.

III. O absolutamente incapaz deve estar representado para ter capacidade processual.

Ver CPC art. 8º. A capacidade processual é mais restrita que a capacidade de ser parte. O absolutamente incapaz tem capacidade de ser parte, porém, para ter capacidade processual deve estar representado, obrigatoriamente.

IV. O relativamente incapaz não pode ser parte.

Errado. Ver art. 8º. Partes processuais são aquelas que pedem e contra quem se pede a tutela jurisdicional. O relativamente incapaz pode ser parte, entretanto para estar em juízo precisa ser assistido por seus pais, tutor ou curador.

V. O absolutamente incapaz deve estar assistido e o relativamente incapaz deve estar representado para terem capacidade processual.

Errado. Ver CC. arts. 3º e 4º. O absolutamente incapaz não pode exercer pessoalmente os atos da vida civil, por isso necessita ser representado. Ao relativamente incapaz deverá ser assistido para agir em juízo.

a) As assertivas I, II e III estão corretas.

b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

c) Apenas a assertiva I está correta.

d) Apenas a assertiva V está correta.

e) As assertivas I, II e V estão incorretas.

Correta: B

Teste 02
TRT 6ª Região (Pernambuco) – 2010

Impedimento e suspeição:

a) Somente se aplicam ao Juiz.

Errado. Ver CPC art. 138. Os motivos de impedimento e de suspeição também são aplicados: I – ao órgão do Ministério Público; II – ao serventário da justiça; III – ao perito; e IV – ao intérprete.

b) Podem implicar mudança de Juiz, mas não de Juízo.

Ver CPC arts. 134, 135 e 87. O juízo poderá ser incompetente (aspecto objetivo); impedido ou suspeito, por sua vez, será o juiz (pessoa física, aspecto subjetivo). A mudança do juízo só ocorrerá quando este for incompetente para realizar a função jurisdicional.

c) Podem implicar mudança de Juízo, mas não de Juiz.

Errado. Ver CPC art. 87. A suspeição e impedimento não implicam na mudança de Juízo. “Perpetuatio jurisdictionis”. Proposta a demanda, dá-se a fixação de competência, que não haverá de ser alterada, salvo em caso de modificação que diga respeito à competência “em razão da matéria ou da hierarquia”.

d) Podem implicar mudança de Juiz e de Juízo.

Errado. Somente a incompetência pode implicar na mudança do juízo.

e) Aplicam-se ao Juiz e ao Juízo.

Errado. Ver CPC arts. 87, 134 e 135. Impedimento e suspeição somente se ligam ao juiz. O juízo nunca será suspeito ou impedido, ao órgão liga-se a competência.

Correta: B

Teste 03

TRT 2ª Região – 2009

Analise as proposituras abaixo e responda:

I. O interesse de agir afigura-se como condição para o exercício do direito constitucional de ação. Divide-se em necessidade da tutela jurisdicional e adequação da tutela jurisdicional. Da necessidade pode-se extrair a conclusão no sentido de que o Poder Judiciário não é órgão de consulta e não discute direito em tese. A tutela jurisdicional deve alcançar efetiva lesão ou ameaça a direito. Da adequação pode-se concluir que a tutela jurisdicional postulada deve ser apta a solucionar a lesão ou ameaça ao direito do autor. **Verdadeiro. Ver CPC arts. 3º e 4º.**

II. Ao esposar, na petição inicial, pretensão dirigida ao réu que seja contrária ao ordenamento jurídico, ou não esteja prevista em lei, o autor deve ser considerado carecedor da ação por impossibilidade jurídica do pedido, que se apresenta como uma das condições da ação. **Falso. Ver CPC art. 126; e LICC art. 4º. Assim, se a pretensão é juridicamente possível mesmo se não estiver prevista em lei. A impossibilidade decorre de vedação expressa, e não do silêncio da norma.**

III. A legitimidade de parte, ativa ou passiva, está voltada à apreciação da possibilidade de entrega da tutela jurisdicional em tese, não se levando em conta, neste momento, a existência do efeito direito vindicado e/ou da efetiva responsabilidade do réu na satisfação deste direito. **Verdadeiro. Ver CPC arts. 295, II e 267, I. A análise da legitimidade da parte se dá no momento de deferimento, ou não, da petição inicial. O examinador revela simpatia pela teoria da asserção, tão aceita quanto a teoria do exame concreto.**

IV. As condições da ação são consequentes e não antecedentes, ou seja, devem ser verificadas pelo juiz no momento em que a sentença será proferida. Assim, é possível, por exemplo, que o autor tivesse interesse de agir ao propor a ação e já não tenha mais quando do momento em que for julgada esta ação, quando, então, o juiz deverá extinguir o feito sem resolução do mérito. **Verdadeiro. Ver CPC art. 267, VI. Agora o examinador revela simpatia pela teoria do exame concreto. Uma contradição.**

V. O direito de ação é definido pela doutrina como um direito abstrato, posto que o seu exercício está ligado à efetiva existência do direito material vindicado. **Falso. Ver CPC art. 4º. Ação é o direito de que qualquer um é titular e por meio do qual pode pedir a atuação jurisdicional, tenha ou não razão naquilo que pede, detenha ou não o direito que afirma deter. O exercício da ação não está ligado à efetiva existência do direito material vindicado.**

Assinale a correta:

]

- a) São verdadeiras apenas as assertivas I e III.
- b) São verdadeiras apenas as assertivas I, II e III.
- c) São verdadeiras apenas as assertivas I, II e V
- d) São verdadeiras apenas as assertivas I, III e IV.
- e) Todas as assertivas são verdadeiras.

Correta: D

Teste 04

TRT – 15ª Região (2010).

Assinale a alternativa Incorreta:

- a) o juiz pronunciará, de ofício, a prescrição; **Correta. Ver CPC art. 219, §5º.**
- b) a interrupção da prescrição retroagirá à data da propositura da ação, havendo citação válida; **Correta. Ver CPC art. 219, §1º.**
- c) a citação ordenada por incompetente não produz o efeito de constituir o devedor em mora; **Incorreta. Ver CPC art. 219, “caput”. Ainda que ordenada por juiz incompetente, a citação válida constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição.**
- d) salvo para evitar o perecimento de direito, não se fará citação aos doentes, enquanto grave o seu estado; **Correta. Ver CPC art. 217, IV.**
- e) o militar, em serviço ativo, pode ser citado na unidade em que estiver servindo, nos termos da lei. **Correta. Ver CPC art. 216.**

Correta: C

Teste 05
TRT 1ª Região (Rio de Janeiro) – 2010 (CESPE)

Ao realizar diligência necessária à citação de dois réus, o oficial de justiça verificou que um deles, por demência, aparentava não compreender o significado do ato e detectou que o outro réu nunca estava em casa, apesar da informação segura dos vizinhos a respeito de sua presença. Com base nessa situação, assinale a opção correta.

a) A verificação de indícios da demência deverá apenas ser certificada pelo oficial de justiça, cabendo ao juiz em momento diverso determinar a realização de exame que será antecedente ao ato de citação. **Correto. Ver CPC art. 218, §§ 1º e 2º.**

b) Detectada a demência do réu, o oficial de justiça deve dar por feita a citação, deixando a contrafé com pessoa da família que seja capaz de responder pelo incapaz. **Errado. Ver CPC art. 218, §§ 1º, 2º e 3º. Nesse caso fica vedada a citação na pessoa do réu. O oficial descreverá a ocorrência ao juiz através de certidão. Reconhecida a demência por laudo médico, o juiz nomear um curador específico para causa, e este será citado.**

c) No caso de indícios de ocultação do citando, o oficial de justiça deve certificar o fato e requerer instruções do juiz condutor do processo. **Errado. Ver CPC art. 227. A citação se dará com hora certa, ou seja, o oficial de justiça intimará qualquer pessoa da família do réu, ou mesmo qualquer vizinho, que retornará no dia imediato, em hora especificada, para realizar a citação.**

d) O oficial de justiça, verificando a ocultação do citando, deve realizar a citação por hora certa, que, por si só, determina a publicação de edital de citação como cautela. **Errado. Ver CPC arts. 228 e 229.**

e) Somente a incapacidade verificada judicialmente é capaz de afetar o ato de citação, de modo que, ausente decisão relativa a esse problema, o oficial de justiça deve citar o réu e certificar a situação. **Errado. Ver CPC art. 218.**

Correta: A

Teste 06
TRT 1ª Região (Rio de Janeiro) – 2010 (CESPE)

A tutela inibitória

- a) existe em função do ilícito; portanto, tem sempre caráter repressivo. **Errado. A tutela inibitória também tem caráter preventivo, ou seja, voltada a impedir a prática do ilícito.**
- b) pressupõe risco de dano grave e irreversível, porque é preventiva. **Errado. A tutela inibitória também é reparatória, pois restaura a ordem jurídica violada, e repressiva, pois visa impedir a repetição ou continuação da prática do ilícito.**
- c) requer prova da culpa ou dolo, já que existe em função do ilícito. **Errado. São pressupostos da concessão da tutela inibitória a probabilidade de prática, continuação ou reparação de um ilícito, não é necessário prova de culpa ou dolo.**
- d) é admitida para determinar tanto um fazer quanto um não fazer. **Correto. CPC art. 461 e CF art. 5º, XXXV. A inibição pode resultar num “desfazer”, que não deixa de ser um fazer.**
- e) não é voltada para prevenir a repetição do ilícito, mas apenas para evitá-lo. **Errado. A tutela inibitória é voltada a impedir a prática de um ilícito, sua repetição ou continuação.**

Correta: D

Teste 07
TRT 1ª Região (Rio de Janeiro) – 2010 (CESPE)

Considere que, durante tentativa de conciliação das partes, precedente à coleta dos depoimentos na audiência de instrução e julgamento, por mútuo consentimento, tenha havido transação do objeto da lide e de tema estranho a esta, que envolvia os interessados. Acerca dessa situação, assinale a opção correta.

a) Após o saneamento, não é possível a inclusão do tema estranho ao processo. **Errado. Vide CPC art. 125, III. O juiz poderá tentar conciliar as partes a qualquer tempo. Nada obsta que, após a instrução, o juiz renove a proposta de conciliação.**

b) Diante da transação, é viável a inclusão de objeto diferente, ainda que nessa etapa do procedimento. **Correto. Ver CPC arts. 448, 449 e 475-N, III. Até porque a transação é negócio jurídico (arts. 840 e seguintes do CC), sujeito aos requisitos da lei material (CC art. 104), que não impede sua realização no curso de demanda judicial.**

c) A inclusão pretendida somente seria viável se anterior à apresentação da defesa. **Errado. Ver, por exemplo, CPC art. 331, "caput" e §1º. Ver comentários supra.**

d) A inclusão do tema estranho é viável desde que, a critério do juiz, não importe em inconveniente ao processo. **Errado. Ver comentários supra.**

e) Desde que possibilitasse a defesa do réu, a inclusão de objeto novo poderia ocorrer em qualquer momento. **Errado. Ver comentários supra.**

Correta: B

Teste 08

TRT 14ª Região (Rondônia) – 2011

Analise as proposições abaixo, em matéria de pedido e responda a alternativa correta.

I. Pelo princípio da congruência o juiz deve decidir de acordo com o que foi pedido. **Correta. Ver CPC arts. 128 e 460.**

II. As matérias de ordem pública estão fora do princípio da congruência, como, por exemplo, a função social do contrato e da propriedade. **Correta. A grande dúvida é saber quais são as tais matérias de ordem pública. Nem todos compreendem a função social do contrato e da propriedade como tal.**

III. Compete ao advogado declarar na petição inicial ou na contestação, o endereço em que receberá a intimação. **Correta. Ver CPC art. 39 e art. 237.**

IV. O advogado poderá, a qualquer tempo, renunciar ao mandato, provando que ceticou o mandante. Durante os 20 (vinte) dias seguintes, no entanto, continuará a representar a parte, desde que necessário para lhe evitar prejuízo. **Incorreta. Ver CPC art. 45. O prazo em que o advogado continuará a representar a parte é de 10 (dez) dias.**

V. Se o autor não pedir, nas prestações periódicas que as vincendas se incluam na condenação, estas não devem ser consideradas pelo julgador, porque fugiriam aos parâmetros da necessária interpretação restritiva dos pedidos, determinados pelo sistema processual. **Incorreta. Ver CPC art. 290. Mesmo que não haja expressa menção no pedido, serão as prestações periódicas incluídas, todas, na sentença.**

- a) Estão corretas as alternativas I e V.
- b) estão corretas as alternativas I, II e IV.
- c) Estão corretas as alternativas I, II e III.
- d) Estão corretas as alternativas III, IV e V.
- e) Estão corretas as alternativas IV e V.

Correta: C

Teste 09

TRT 14ª Região (Rondônia) – 2011

Analise as seguintes proposições sobre a tutela jurisdicional específica, e responda.

I. O juiz poderá antecipar totalmente os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, ainda que não haja requerimento das partes, desde que exista prova inequívoca e se convença da verossimilhança da alegação. **Incorreta. Ver CPC art. 273. A antecipação dos efeitos da tutela depende do requerimento da parte.**

II. Para que haja antecipação da tutela é necessário requerimento da parte, bastante o fundamento de receio de dano irreparável ou de difícil reparação. **Incorreta. Ver CPC art. 273. É necessária a existência de prova inequívoca da verossimilhança da alegação ou manifesto propósito protelatório do réu.**

III. Se existirem pedidos cumulados, não poderá ser concedida a tutela antecipada a um deles, sob pena de cisão da prestação jurisdicional. **Incorreta. Ver CPC art. 273, §6º. Trata-se da tutela da evidência.**

IV. A tutela antecipada confunde-se com o julgamento antecipado da lide, porque há julgamento do mérito da causa. **Incorreta. Ver CPC art. 273, §4º. Há antecipação dos efeitos da tutela e não julgamento de mérito, tanto é que poderá ser modificada ou revogada a qualquer tempo.**

V. A tutela antecipada dos efeitos da sentença é espécie do gênero “tutela de urgência”, sendo providência que tem natureza jurídica mandamental, satisfativa no plano dos fatos, pois dá ao requerente o bem da vida pretendido. **Correta. Ver CPC art. 273, §3º.**

- a) Estão corretas as alternativas I, II e III.
- b) Estão incorretas as alternativas I, II e V.
- c) Estão corretas as alternativas II, III, IV e V.
- d) Estão incorretas as alternativas I, II, III e IV.
- e) Estão corretas as alternativas III, IV e V.

Correta: D

Teste 10

TRT – 15ª Região – Campinas – 2008

Em casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida a sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada quando a matéria controvertida for:

Ver CPC art. 285-A.

a) unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência;

Correto.

b) unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de procedência;

Errado. Somente sentença de improcedência.

c) de fato ou de direito e no juízo já houver sido proferida sentença total improcedência;

Errado. Somente matéria unicamente de direito.

d) de fato ou de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de procedência;

Errado. Somente matéria de direito.

e) unicamente de direito e neste caso, interposto o recurso, o magistrado não poderá rever a decisão, uma vez que já esgotada a prestação jurisdicional.

Errado. Ver CPC art. 285-A, 1º. Interposto o recurso, o juiz poderá se retratar e rever sua decisão.

Correta: A

Teste 11

TRT – 15ª Região – Campinas – 2008

O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que exista provam inequívoca e que se convença da verossimilhança da alegação. Com relação a essa assertiva, aponte a alternativa correta:

a) nenhum outro requisito é necessário para que o magistrado defira a antecipação dos efeitos da tutela;

Errado. Ver CPC art. 273, I e II. Necessário que haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; ou caracterização de abuso de direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu.

b) é necessário, para o deferimento da medida, que haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, além da caracterização do abuso de direito de defesa do réu;

Errado. Ver CPC art. 273, I e II. A norma dispõe que, para deferimento da medida, haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação ou caracterização do abuso do direito de defesa.

c) o deferimento da antecipação da tutela, em face do poder geral de cautela do magistrado, independe de indicação dos motivos de seu convencimento;

Errado. Ver CPC art. 273, §1. O juiz indicará, de modo claro e preciso, as razões do seu convencimento.

d) a tutela antecipada pode ser concedida quando não houver controvérsia sobre parcela dos pedidos efetivados e para providência de natureza cautelar quando presente os pressuposto necessário ao seu deferimento;

Correto. Ver CPC art. 273, §6º.

e) a tutela antecipada não pode ser revogada ou modificada a qualquer tempo, ainda que em decisão fundamentada, mormente se já houve manifestação do tribunal que a confirmou.

Errado. Ver CPC art. 273, §4º. A revogação ou modificação da tutela antecipada poderá ocorrer a qualquer tempo, em decisão motivada.

Correta: D

Teste 12

TRT – 15ª Região (2010)

Observe as alternativas abaixo a respeito do tema “prova no processo civil”:

I- A fotografia juntada aos autos terá de ser acompanhada do respectivo negativo; a ausência do negativo, porém, não retira o valor probante do documento caso este não tenha sido impugnado.

Correta. Ver CPC art. 385, §1º c/c art. 388, I.

II- O documento público feito sem a observância das formalidades legais tem a mesma eficácia probante do documento particular, desde que subscrito pelas partes.

Correta. Ver CPC art. 367.

III- A parte que alegar direito municipal, estadual estrangeiro ou consuetudinário, provar-lhe-á o teor e a vigência, se assim o determinar o juiz.

Correta. Ver CPC art. 337.

IV- Não dependem de prova os fatos em cujo favor milita presunção legal de veracidade.

Correta. Ver CPC art. 335, IV.

Agora responda:

- a) somente as afirmativas contidas nas alíneas “I” e “IV” são corretas;
- b) somente as afirmativas contidas nas alíneas “II” e “IV” são corretas;
- c) somente as afirmativas contidas nas alíneas “III” e “IV” são corretas;
- d) somente as afirmativas contidas nas alíneas “I” e “II” e “III” são corretas;
- e) todas as afirmativas são corretas

Correta: E

Teste 13

TRT 6ª Região (Pernambuco) – 2010

Em tema de Recurso Extraordinário, é INCORRETO dizer, no tocante à Repercussão Geral:

Ver, genericamente, CPC art. 543-A.

a) É um requisito para o conhecimento do Recurso Extraordinário, introduzido pela Emenda Constitucional 45/04, na Constituição, e disciplinado, no plano da legislação ordinária, pela Lei n. 11.418/06, que acrescentou o art. 543-A ao Código de Processo Civil.

Correto. Ver CF art. 102, §3º.

b) São consideradas de Repercussão Geral questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social e jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa, bem como decisões contrárias a Súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.

Correto. CPC art. 543-A, §1º e §3º.

c) O recorrente deve demonstrar a Repercussão Geral em preliminar de seu recurso extraordinário, de forma que o exame dela se insere no juízo de admissibilidade do Recurso Extraordinário; o conteúdo dessa preliminar só pode ser examinado pelo Supremo Tribunal Federal.

Correto. Ver CPC art. 543-A, §2º.

d) O Supremo Tribunal Federal só pode recusar a existência da Repercussão Geral pela manifestação de dois terços de seus membros (art. 102, § 3.º, *in fine*, da Constituição Federal de 1988), isto é, pelo menos 8 (oito) Ministros, por isso que tal exame só pode ser feito pelo Pleno, nunca por Turma.

Incorreto. Ver CPC art. 543-A, §4º. A remessa do recurso ao Plenário será dispensada se a Turma decidir pela existência de Repercussão Geral por, no mínimo, 4 (quatro) votos.

e) A Repercussão Geral contribui para a uniformização da jurisprudência, com a conseqüente agilização dos processos, porque, negada num único caso sua existência, a decisão valerá para todos os recursos sobre matéria idêntica, que serão indeferidos liminarmente, salvo revisão de tese pelo próprio Supremo Tribunal Federal.

Correto. Ver CPC art. 543-A, §5º.

Correta: D

Teste 14

TRT – 15ª Região (2010)

Com relação à repercussão geral, é correto afirmar que:

a) é recorrível a decisão do Supremo Tribunal Federal que não reconhece sua existência e o fazendo, não aprecia o recurso extraordinário;

Errado. Ver CPC art. 543-A “caput”.

b) seu reconhecimento se dá pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações que versem exclusivamente sobre questões economicamente relevantes e que, como tal, têm repercussão social ou política;

Errado. Ver CPC art. 543-A, “caput”. Seu reconhecimento se dará quando da existência de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico.

c) seu reconhecimento acarreta que as decisões ultrapassem os interesses jurídicos das partes e, julgado o mérito do recurso no qual ela é reconhecida, os demais recursos com matéria idêntica, que se encontravam sobrestados, terão, todos, decisão consentânea com aquela adotada pelo Supremo Tribunal Federal. Ao contrário, negada sua existência, a decisão valerá para todos os recursos que discutam matérias idêntica, que serão, em decorrência, liminarmente indeferidos;

Correto. Ver CPC art. 543-B, §§ 2º, 3º e 4º.

d) não compete ao relator do recurso, na análise da repercussão geral, monocraticamente admitir a manifestação de terceiros;

Errado. Ver CPC art. 543-A, §6º.

e) só o Supremo Tribunal Federal pode, verificando que há inúmeros processos que discutem idêntica matéria, sobrestar outros, até o pronunciamento definitivo da Corte.

Errado. Ver CPC art. 543-B, §1º. Caberá ao Tribunal de origem selecionar um ou mais recursos representativos da controvérsia e encaminhá-los ao Supremo Tribunal Federal.

Correta: C

Teste 15

TRT 15ª Região – 2008

É título executivo extrajudicial:

a) a sentença arbitral

Errado. Ver CPC art. 475-N, IV.

b) o crédito do perito aprovado por decisão judicial;

Correto. Ver CPC art. 585, VI.

c) a sentença homologatória de transação, quanto aos títulos não pleiteados na ação;

Errado. Ver CPC art. 475-N, III.

d) o acordo extrajudicial homologado judicialmente;

Errado. Ver CPC art. 475-N, V.

e) o formal de partilha em relação ao inventariante.

Errado. Ver CPC art. 475-N, VII.

Correta: B

Teste 16

TRT – 15ª Região – Campinas – 2008

Não encontrado o devedor, que se oculta:

a) podem ser arrestados valores de sua propriedade sejam encontrados através do sistema bancário;

Correto. Ver CPC art. 653.

b) encontrados e listados seus bens pelo oficial de justiça, publica-se, de imediato, edital para que tenha ciência da constrição judicial;

Errado. Ver CPC art. 653, parágrafo único e art. 654. O credor, passados 10 dias da intimação ou certificação do arresto, requererá a citação do devedor.

c) encontrado bem pelo oficial de justiça, dá-se antes de qualquer providência, ciência ao credor para que requeira o que entender de direito;

Errado. Ver CPC art. 653.

d) em se tratando de empresa, penhora-se percentual de seu faturamento, e, de imediato, expede-se edital;

Errado. Ver CPC art. 653.

e) o oficial de justiça tentará localizá-lo por 3 (três) vezes, antes de adotar qualquer providência.

Errado. Ver CPC art. 653, parágrafo único. O oficial de justiça tentará localizar o devedor após realizado o arresto.

Correta: A

Teste 17

TRT 14ª Região (Rondônia) – 2011

Em matéria de execução, aponte a alternativa correta.

a) É título executivo judicial a sentença homologatória de conciliação ou de transação, desde que não inclua matéria que não foi posta em juízo.

Errado. Ver CPC art. 475-N, III. Título executivo judicial, ainda que inclua matéria não posta em juízo.

b) É título executivo judicial a sentença estrangeira devidamente homologada pelo Supremo Tribunal Federal.

Errado. Ver CPC art. 475-N, VI; e CF 105, I, i. Homologação de sentença estrangeira é de competência do Superior Tribunal de Justiça (após a EC 45).

c) A denominada “decisão” ou “sentença liminar”, extraída dos processos em que se permite a antecipação de tutela jurisdicional, dos processos cautelares ou das ações constitucionais, é título judicial.

Correto. Ver CPC art. 475-N, I. Para alguns autores, como José Miguel Garcia Medina, trata-se de uma execução sem título consentida.

d) A execução provisória da sentença é possível, no que couber, por iniciativa do exeqüente ou *ex officio*, ante o princípio da economia e celeridade processual, observando que não deverão ser ultrapassados os atos de constrição, ocorrendo eventual alienação de bens, apenas por autorização judicial.

Errado. Ver CPC art. 475-O, I a III.

e) Ante os dispositivos legais, que permitem a execução provisória da sentença, do mesmo modo da execução definitiva, tem-se possível aquela execução nos mesmos autos em que foi proferida a sentença impugnada, ainda que o recurso seja recebido no efeito meramente devolutivo.

Errado. Ver CPC art. 475-O, §3º. Formação de instrumento para execução provisória. Não poder realizada nos mesmos autos da sentença impugnada.

Correta: C

Teste 19

TRT 14ª Região (Rondônia) – 2011

O Código de Processo Civil sofreu várias modificações, a partir de 2005. Analise as proposições abaixo e aponte a alternativa correta.

I. Se ao fazer a penhora, concluir o oficial de justiça que não pode proceder a avaliação dos bens, por falta de conhecimento especializado, o juiz, de imediato, nomeará avaliador, assinando-lhe breve prazo para a entrega do laudo.

Correta. Ver CPC art. 680.

II. A sentença arbitral é título executivo extrajudicial.

Incorreta. Ver CPC art. 475-N, IV. Sentença arbitral é título executivo judicial.

III. Ao requerer a execução provisória, o exeqüente instruirá a petição com cópias autenticadas ou o advogado declarará tais cópias autênticas, sob pena de responsabilidade pessoal.

Correta. Ver CPC art. 475-O, §3º.

IV. Quando na sentença houver parte líquida e ilíquida, ao credor é lícito promover a execução daquela e a liquidação desta nos mesmos autos.

Incorreta. Ver CPC art. 475-I, §2º. Liquidação será promovida em autos apartados.

V. Da decisão de liquidação, não cabe recurso, por tratar-se de decisão interlocutória.

Incorreta. Ver CPC art. 475-H. Da decisão caberá agravo de instrumento.

- a) Estão corretas as alternativas I e IV.
- b) Estão corretas as alternativas I, II e III.
- c) Estão corretas as alternativas I e V.
- d) Estão corretas as alternativas II, III e V.
- e) Estão corretas as alternativas I, e III.

Correta: E

Testes de Direito Civil

Teste 01

TRT 14ª Região (Rondônia) – 2011

Analise as seguintes proposições à luz do Direito Civil brasileiro e, ao final responda.

I. As leis, atos e sentenças de país estrangeiro terão eficácia no Brasil, quando não ofenderem a soberania nacional e a ordem pública, ainda que atentem contra os bons costumes.

Incorreta. Ver LINDB, art. 17.

II. A lei nova, que estabeleça disposições gerais e especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Correta. Ver LINDB, art. 2º, §2º.

III. Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada, sendo que nos Estados, estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia seis meses depois de oficialmente publicada.

Incorreta. Ver LINDB, art. 1º, §1º. Nos Estados estrangeiros a obrigatoriedade da lei se inicia em três meses.

IV. As correções a texto de lei em vigor consideram-se lei nova.

Correta. Ver LINDB, art. 1º, §4º.

V. A lei do país em que a pessoa nasceu determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.

Incorreta. Ver LINDB, art. 7º.

- a) São corretas apenas as assertivas I, II e III.
- b) São corretas apenas as assertivas I, III e IV.
- c) São corretas apenas as assertivas II e V.
- d) São corretas apenas as assertivas I, IV e V.
- e) São corretas apenas as assertivas II e IV.

Correta: E

Teste 02

TRT 14ª Região (Rondônia) – 2011

Nos termos do atual Código Civil, assinale a alternativa incorreta.

a) A lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro, mas a personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida.

Correta. Ver CC, art. 2º.

b) Os menores de dezesseis anos de idade podem ser proprietários de bens móveis e imóveis.

Correta. Ver CC, art. 1º.

c) São absolutamente incapazes para o exercício pessoal de atos da vida civil os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, os pródigos e os silvícolas, que ficarão sujeitos a regime tutelar, estabelecido em leis e regulamentos especiais.

Incorreta. Ver CC, art. 4º, II, IV e parágrafo único. Os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, os pródigos e os silvícolas são relativamente incapazes.

d) Os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente atos da vida civil.

Correta. Ver CC, art. 3º, III.

e) Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo, são incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer.

Correta. Ver CC, art. 4º, III.

Resposta: C

Teste 03

TRT – 15ª Região (2010). Verifique a alternativa incorreta:

a) são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil aqueles que se encontram transitoriamente impossibilitados de exprimir sua vontade;

Correta. Ver CC, art. 3º, III.

b) são relativamente incapazes os toxicômanos;

Correta. Ver CC, art. 4º, II.

c) a emancipação daqueles que conte 16 anos completos implica cessação de sua incapacidade relativa;

Correta. Ver CC, art. 5º, parágrafo único.

d) entre 15 e 18 anos, a obtenção de relação de emprego que permita ao menor viver de suas próprias finanças, implica cessação da menoridade;

Incorreta. Ver CC, art. 5º, V. Cessará a incapacidade se menor com dezesseis anos completos.

e) os pródigos são relativamente incapazes de exercer certos atos da vida civil.

Correta. Ver CC, art. 4º, IV.

Resposta: D

Teste 04

TRT – 15ª Região – Campinas – 2008

Assinale a alternativa incorreta:

a) o ébrio habitual é considerado relativamente incapaz;

Correta. Ver CC, art. 4º, II.

b) o menor com 16 (dezesesseis) anos completos será emancipado pela existência de relação de emprego que lhe assegure economia própria;

Correta. Ver CC, art. 5º, V.

c) os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo somente a pessoa viva exigir que cesse a ameaça a esses direitos e reclamar perdas e danos;

Incorreta. Ver CC, art. 12, parágrafo único.

d) o empregador pode usar o nome do empregado em propaganda comercial da empresa, desde que com autorização deste;

Correta. Ver CC, art. 18.

e) o desvio de finalidade do empreendimento autoriza a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade.

Correta. Ver CC, art. 50.

Resposta: C

Teste 05

TRT – 15ª Região (2010)

Com relação aos direitos de personalidade, assinale a alternativa correta:

a) os direitos de personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, o que impede o seu titular de realizar a exploração econômica de quaisquer deles;

Incorreta. Ver CC, art. 11.

b) a pessoa sempre pode praticar atos de disposição de seu próprio corpo, mesmo quando importar diminuição permanente de sua integridade física;

Incorreta. Ver CC, art. 13.

c) a disposição gratuita do próprio corpo para depois da morte, com objetivo científico, não é válida;

Incorreta. Ver CC, art. 14.

d) a recusa à perícia médica ordenada pelo juiz poderá suprir a prova que se pretendia obter com o exame;

Correta. Ver CC, art. 232.

e) o pseudônimo adotado para atividades lícitas é protegido pela lei em patamar inferior ao do nome.

Incorreta. Ver CC, art. 19. Goza da proteção que se dá ao nome.

Resposta: D

Teste 06

TRT 14ª Região (Rondônia) – 2011

Quanto aos direitos de personalidade previstos no Código Civil vigente, assinale a alternativa correta.

a) Por se tratar de direito da personalidade, o pseudônimo adotado para atividades lícitas e ilícitas goza da proteção que se dá ao nome.

Incorreta. Ver CC, art. 19. Somente em atividades lícitas.

b) A disposição gratuita do corpo, no todo ou em parte, para depois da morte, é válida com objetivo altruístico.

Correta. Ver CC, art. 14.

c) É lícito o ato de disposição do próprio corpo, ainda que importe em diminuição permanente da integridade física, mesmo se não houver exigência médica vez que tal fato se constitui em direito personalíssimo.

Incorreta. Ver CC, art. 13.

d) Em se tratando de pessoa reconhecidamente pública o nome desta poderá ser utilizado em propaganda comercial, ainda que sem autorização.

Incorreta. Ver CC, art. 18.

e) Os direitos de personalidade destinam-se a resguardar a dignidade humana, razão pela qual, apenas em vida pode o seu titular exigir que cesse a ameaça, ou lesão, a seu direito de personalidade, bem como reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

Incorreta. Ver CC, art. 12, parágrafo único.

Resposta: B

Teste 07
TRT 14ª Região (Rondônia) – 2011

Sobre bens, conforme previsão contida no Código Civil, qual alternativa não está correta?

a) É considerado bem imóvel por determinação legal o direito à sucessão aberta, ainda que a herança somente seja formada por bens móveis ou abranja apenas direitos pessoais.

Correta. Ver CC, art. 80, II.

b) São considerados bens móveis aqueles suscetíveis de movimento próprio ou de remição por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação economia-social; considerando-se como bem móvel por determinação legal as energias que tenham valor econômico.

Correta. Ver CC, arts. 82 e 83, I.

c) A fungibilidade é própria dos bens móveis, sendo o resultado da comparação entre duas coisas equivalentes, ou seja, da mesma espécie, qualidade e quantidade.

Correta. Ver CC, art. 85.

d) O edifício sede do Governo Federal integra a categoria dos bens públicos dominicais, já que destinado, por sua natureza, ao uso coletivo ou exclusivo por parte do poder público.

Incorreta. Ver CC, art. 99, II e III. Categoria dos bens públicos de uso especial.

e) O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.

Correto. Ver CC, art. 103.

Resposta: D

Teste 08

TRT – 15ª Região – Campinas – 2008

Assinale a alternativa incorreta:

- a) a pessoa jurídica tem ação contra os seus representantes legais que não alegarem a prescrição oportunamente. **Correta. Ver CC, art. 195.**
- b) a interrupção da prescrição poderá ocorrer mais de uma vez por meio de protesto judicial. **Incorreta. Ver CC, art. 202, II. A interrupção da prescrição poderá ocorrer apenas uma vez.**
- c) a exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão, cujo prazo não pode ser alternado por acordo das partes. **Correta. Ver arts. 190 e 192 do CC**
- d) prescreve em 03 (três) anos a pretensão de reparação civil. **Correta. Ver CC, art. 206, §3º, V.**
- e) é nula a renúncia à decadência legal. **Correta. Ver CC, art. 209.**

Resposta: B

Teste 09

TRT – 15ª Região (2010). Em relação aos contratos é incorreto afirmar que:

a) se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em decorrência de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, o devedor poderá pedir a sua resolução;

Correta. Ver CC, art. 478.

b) no caso da prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, os efeitos da sentença que decreta a resolução contratual retroagirão à data em que ocorreu o acontecimento extraordinário e imprevisível;

Incorreta. Ver CC, art. 478, parte final. Os efeitos da sentença retroagirão à data da citação.

c) no caso da prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, a resolução poderá ser evitada caso o réu se proponha a modificar equitativamente as condições do contrato;

Correta. Ver CC, art. 479.

d) se as obrigações couberem a apenas uma das partes, ela poderá pleitear sua prestação seja reduzida, ou alterado o modo de executá-la, fim de evitar a onerosidade excessiva;

Correta. Ver CC, art. 480.

e) nos contratos bilaterais, nenhum dos contratantes pode, antes de cumprida sua obrigação, exigir o implemento da do outro.

Correta. Ver CC, art. 476.

Resposta: B

Teste 10

Magistratura do Trabalho – 15ª Região – Campinas – 2008

Assinale a alternativa correta:

- a) somente o pagamento em consignação judicial extingue a obrigação;
Incorreta. Ver CC, art. 334. Consignação judicial ou em estabelecimento bancário. Sem prejuízo, há inúmeras outras modalidades de extinção da obrigação, como a compensação, novação, remissão e confusão.
- b) a cláusula “rebus sic stantibus” possui previsão expressa no Código Civil;
Correta. Ver CC, art. 478.
- c) pelo inadimplemento da obrigação responde o devedor por perdas e danos, juros e atualização monetária, mas não por honorários de advogado;
Incorreta. Ver CC, art. 389.
- d) o valor da cominação imposta na cláusula penal não pode exceder o da obrigação principal, e não pode ser reduzido judicialmente;
Incorreta. Ver CC, art. 412.
- e) a novação por substituição do devedor pode ser efetuada desde que haja seu consentimento.
Incorreta. Ver CC, art. 362.

Resposta: B

Teste 11

TRT 1ª Região (Rio de Janeiro) – 2010 (CESPE)

Acerca da responsabilidade extracontratual do empregador por danos causados a terceiros, assinale a opção correta.

- a) A responsabilidade objetiva do empregador independe da atuação culposa do empregado. **Incorreta. Ver CC, art. 932, III e art. 933.**
- b) Para responsabilização do empregador, é necessário que a relação com o empregado possua caráter oneroso. **Incorreta. Ver CC, art. 932, III. É pacífico o entendimento de que a relação não precisa ser onerosa. Aliás, a mera aparência basta para gerar responsabilidade (ver assertiva c infra)**
- c) A razoável aparência do cargo é insuficiente para acarretar a responsabilidade do empregador. **Incorreta.**
- d) Para responsabilização do patrão, basta que o ato tenha sido causado em razão do trabalho, mesmo que não guarde com suas atribuições mais do que simples relação incidental. **Correta. Ver CC, art. 932, III.**
- e) Exclui-se a responsabilidade do patrão se o dano causado pelo empregado ocorrer com abuso de atribuições. **Incorreta. Ver CC, art. 932, III. No exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele. Aqui, fala-se na culpa in vigilando.**

Resposta: D